

AS ORIGENS DO NACIONALISMO PALESTINO E SUA DUALIDADE: ENTRE O SECULARISMO E A INFLUÊNCIA RELIGIOSA.

Renan Rodrigues Antunes (UFPR)¹

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise acerca do nacionalismo palestino com foco para sua origem e elementos constituintes. Para o desenvolvimento do artigo são consideradas as questões históricas que desenvolveram a noção palestina de nacionalismo desde a dominação otomana até o período atual do conflito entre Israel e Palestina. Quanto ao questionamento da pesquisa, busca-se demonstrar se o nacionalismo palestino é restrito ao Estado nacional, ou envolve questões étnicas, linguísticas e religiosas. A metodologia aplicada consiste em uma pesquisa qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica, em específico, a partir das contribuições clássicas do estudo do Nacionalismo, mencionando autores como Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, Hans Kohn, Anthony Smith entre outros que tratam acerca das origens e da definição do Nacionalismo. Conclui-se que o caso palestino apresenta uma dualidade, sendo na Cisjordânia fundamentado no Estado nacional, afastando as questões étnicas, religiosas e linguísticas, dado que essas afastam a particularidade palestina, e aproximariam de outros Estados árabes, e por outro lado, em Gaza a influência da religião junto a uma noção distinta do Estado nacional.

Palavras-chave: Nacionalismo. Palestina. Conflito israelo-palestino.

Abstract:

This article aims to analyze Palestinian nationalism, focusing on its origin and constituent elements. For the development of the article, the historical issues that developed the Palestinian notion of nationalism from the Ottoman domination to the current period of the conflict between Israel and Palestine are considered. As for the questioning of the research, it seeks to demonstrate whether Palestinian nationalism is restricted to the national state, or whether it involves ethnic, linguistic, and religious issues. The methodology applied consists of qualitative research, based on a bibliographic review, particularly from the classic contributions of the study of Nationalism, mentioning authors such as Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, Hans Kohn, Anthony Smith among others who deal with the origins and the definition of Nationalism. It is concluded that the Palestinian case presents a duality, being in the West Bank-based on the national state, moving away from ethnic, religious, and linguistic issues, given that these distance the Palestinian particularity, and would bring it closer to other Arab States, and on the other hand, in Gaza the influence of religion along with a distinct notion of the national state..

Key words: Nationalism. Palestine. Israeli-palestinian conflict.

¹ Graduado em Direito no Instituto Superior do Litoral do Paraná (ISULPAR), Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Paranaguá, Brasil. Email: reoanes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7157413311325476>.

INTRODUÇÃO

Ao considerar os desafios atuais quanto à Segurança, Economia e outros temas de impacto na Sociedade Internacional pode-se presumir que o estudo do Nacionalismo consiste apenas como um fator secundário, ou até mesmo, como um tema de relevância limitada a determinados períodos na história. No entanto, ainda que em regra o Nacionalismo não constitua um fator determinante para a compreensão dos atuais desafios no cenário global, sua relevância permanece e é justificada a partir de diferentes perspectivas, inclusive conectadas aos temas de destaque no estudo das Relações Internacionais, como é o caso dos Estudos em Segurança Internacional, Estudo dos conflitos entre outras áreas relacionadas. Nesse sentido, quanto ao debate acerca da legitimidade do tema, faz-se necessário mencionar as palavras de Benedict Anderson, ao afirmar que “o fim do Nacionalismo há tanto profetizado não está nem remotamente a vista. De fato, a nacionalidade é o valor mais universalmente legítimo na vida política” (ANDERSON, 1991, p.3). Ainda no que diz respeito a essa questão, Anthony Smith afirma que “poucas das muitas crises políticas internacionais da última década, ou mais, não envolveram um forte componente de sentimento étnico e aspiração nacionalista” (SMITH, 2010, p.1).

Como se observa na citação anterior, a relevância desse estudo obviamente se manifesta em casos práticos, que não se limita a aspectos temporais e geográficos, dado que o Nacionalismo ocorre como um fenômeno global. Na defesa desse entendimento, além de Smith, cita-se, por exemplo, outros autores, como Calhoun, ao afirmar que “o nacionalismo é uma formação discursiva que dá forma ao mundo moderno” (CALHOUN, 2006, p.16). Seguindo o entendimento de Calhoun, Rashid Moten também afirma essa importância do termo, de acordo com Moten o nacionalismo é “uma corrente política onipresente, e não está confinado a nenhuma parte do mundo; tem diferentes tonalidades e diferentes cores; cresce em diferentes solos e floresce em países de variadas convicções política” (MOTEN, 1980, p. 197). Retornando o entendimento de Smith acerca do envolvimento do Nacionalismo nas crises políticas, podem ser mencionados como exemplos os movimentos independentistas nos anos anteriores ao declínio da União Soviética e a forma como esses se relacionam com o sentimento nacionalista manifesto em irredentismo, separatismo entre outras variações de alcançar

objetivos nacionais. O mesmo ocorreu com a dissolução da Iugoslávia, além das questões relativas à descolonização na década de 60, na partilha territorial e nos desdobramentos na criação dos Estados de Israel e da Palestina, entre outros casos semelhantes.

Após a exposição acerca da importância do tema, a questão envolvendo a origem do termo ocupa um aspecto essencial para as noções introdutórias e no desenvolvimento deste artigo. É sabido que a partir dos autores clássicos do Nacionalismo nota-se uma divergência quanto à sua origem e a sua definição, por essa razão o presente estudo busca nas contribuições teóricas analisar esses aspectos fundamentais, e com isso conectar os conceitos apresentados ao que se propõe este artigo, o qual se trata do Nacionalismo palestino. A razão para a pesquisa envolver o caso palestino como objeto de estudo se dá em função de que as suas características foram modificadas ao longo das fases históricas e acompanharam os novos desafios e as partes definidas como opositores, além de que há uma adequação com as proposições adotadas como um consenso pela maioria dos autores ligados ao tema, sobretudo na sua dualidade. Dessa forma, com base nos elementos empíricos do caso palestino, sua adequação aos elementos das contribuições teóricas, tem-se o seguinte questionamento: Qual o surgimento e quais são os elementos constituintes do nacionalismo palestino?

Buscando solucionar esses questionamentos o presente estudo está estruturado em três seções. Inicialmente, é realizada a análise teórica do termo, a partir das suas origens e definições. De igual modo, dedica-se a apresentar a divergência entre o Nacionalismo como fenômeno da antiguidade ou moderno, e com isso demonstra o desafio de propor uma definição ao termo que contemple os elementos indispensáveis para sua compreensão. Na segunda seção, em se tratando do objeto deste artigo, o caso palestino é apresentado em suas fases principais quanto a evolução em sua especificidade, sendo mencionadas as fases do Império Otomano, o Mandato britânico na Palestina e por fim o caso do conflito israelo-palestino. A terceira e última seção é dedicada às considerações finais, onde são apresentadas as características do nacionalismo na Palestina e suas diferenças entre os territórios da Cisjordânia e Gaza.

1.ABORDAGENS TEÓRICAS DO NACIONALISMO, ORIGENS E CONCEITOS.

Dando início ao presente estudo, e no que se refere à origem do termo, os autores clássicos apontam em sua maioria uma formação influenciada pela tradição europeia, entre o

final do Século XVIII e início do Século XIX. No entanto, ainda que esse marco histórico se mostre como amplamente aceito, alguns autores buscam na antiguidade as raízes do que se denomina Nacionalismo, a exemplo do que sustenta o entendimento de Hans Kohn, o qual inclusive está inserido no debate entre primordialistas e modernistas. Em se tratando da segunda subseção, a mesma é dedicada a apresentar as definições do Nacionalismo a partir das contribuições dos autores clássicos ligados ao debate do tema, sobretudo quanto às noções de ‘Nação’, ‘Etnia’ e ‘Idioma’.

1.1 As origens do nacionalismo.

Visando a estruturação teórica, e considerando a interdisciplinaridade intrínseca ao tema, tem-se nas produções de Hans Kohn, um dos autores clássicos do estudo do Nacionalismo, uma análise histórica acerca das origens do termo, tendo o mesmo, a partir desse aspecto, atribuído maior relevância aos casos das seguintes civilizações: os Hebreus e os Gregos. Segundo Kohn “ambos tinham uma consciência claramente definida de serem diferentes de todos os outros povos” (KOHN, 1965, p.11), nesse sentido, cumpre mencionar que nessas referências da antiguidade o Nacionalismo é manifestado claramente através do fator da ‘diferença’ apresentada nas noções de ‘gentios’² (termo utilizado pelos antigos hebreus) e ‘bárbaros’ (termo utilizado pelos gregos da antiguidade) como um meio de identificação dos indivíduos que não pertenciam a essas sociedades. Observa-se, portanto, que as duas esferas do nacionalismo moderno se apresentam desde suas raízes, sendo formado inicialmente na identidade comum a que se atribui a um coletivo e também no afastamento, na dissociação, e em alguns casos até mesmo na bestialização e na exclusão de outros povos.

A relevância das menções aos casos históricos apresentados por Kohn é justificada, a exemplo do parágrafo anterior, ao observar elementos modernos do Nacionalismo, segundo o autor “três traços essenciais do nacionalismo moderno se originaram com os hebreus: a ideia do povo eleito, a ênfase em um estoque comum de memória do passado e de esperanças para o futuro e, finalmente, o messianismo nacional” (KOHN, 1965, p.11). Obviamente a análise de

² O termo ‘gentio’ tem origem no idioma hebraico, especificamente no termo “גוי” (gói) do plural “גוים” (goyim), traduzido como nação no sentido estrito do termo. No entanto, sabe-se que o mesmo também é associado a um uso discriminatório.

Hans Kohn não se limita a antiguidade, inclusive o próprio autor afirma em sua obra as funções do Nacionalismo no período entre o Século XVIII e XIX, segundo Kohn: “o nacionalismo que surgiu no século XVIII, a Idade do Iluminismo, foi predominantemente um movimento político para limitar o poder governamental e garantir os direitos cívicos” (KOHN, 1965, p.29). Por outro lado, Ellie Kedourie não atribui maior relevância ao processo evolutivo do termo, segundo Kedourie ao tratar acerca da origem do Nacionalismo, o autor afirmar categoricamente que “o nacionalismo é uma doutrina inventada na Europa no início do século XIX” (KEDOURIE, 1961, p.9). Nesse sentido, Eric Hobsbawm ao tratar do caráter histórico, também apresenta no contexto da tradição europeia o surgimento do Nacionalismo, incluindo em sua análise as fases de seu desenvolvimento desde o movimento nacionalista de Mazzini com a unificação da Itália. Como se observa, a maioria dos estudiosos do tema adota a modernidade como marco de surgimento do Nacionalismo, e suas divergências apontam para a importância do debate dentro do próprio campo de estudo.

Nesse sentido, outro autor que reforça a questão é Ernest Gellner, ao tratar acerca da oposição entre os grupos denominados de modernistas e primordialistas, segundo o autor: “os últimos (primordialistas) afirmam origens antigas para o Nacionalismo; os primeiros (modernistas) buscam sua origem em características do mundo moderno. Nossa posição sobre esta questão é clara: o Nacionalismo está enraizado na modernidade”. (GELLNER, 1997, p.13). De todo modo, ainda que havendo divergências entre autores e da importância dos casos históricos, pode-se concluir que no que se refere ao surgimento do Nacionalismo é possível identificar desde a antiguidade, conforme apresentado por Kohn, elementos comuns no que se observa na atualidade, inclusive a partir de casos específicos como o adotado neste artigo, por outro lado, é na modernidade que o termo e a ideia nacionalista passa por um período de fortalecimento, tendo maior incidência e sendo facilmente identificado.

1.2. Do conceito de nacionalismo.

Conforme exposto anteriormente acerca das origens do termo, pode-se observar que existe uma variação e, também, um considerável desenvolvimento, ao menos na perspectiva de alguns autores, que se traduz como uma espécie de processo evolutivo do Nacionalismo ao longo da história e em suas adaptações aos casos fáticos envolvendo nações da antiguidade e da modernidade. Naturalmente, esse fator histórico afeta diretamente a sua definição. Nesse

sentido, essa preocupação comum nesse campo de estudo fez com que muitos autores se dedicassem e adotassem como prioridade a resposta ao seguinte questionamento: O que é o Nacionalismo?

Deste modo, com base na contribuição teórica do estudo do Nacionalismo, esta seção é dedicada às definições e elementos que formam os conceitos amplamente aceitos, visando com isso a aplicação posterior ao caso prático a que se propõe esta pesquisa, e conseqüentemente solucionar o questionamento proposto na introdução. Inicialmente, em se tratando das definições cumpre mencionar o autor Ernest Gellner, que propõe assim como Smith complementos as definições (considerando que o tema é dotado de complexidade) e de que como essas se aplicam. Desse modo, segundo Gellner (1983), pode-se considerar Nacionalismo como “um princípio político, que sustenta que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes” (GELLNER, 1983, p.1), visando complementar sua definição, o autor aponta que o sentimento esta conectado diretamente a violação ou aceitação do princípio (nacionalista), nesse sentido, ainda segundo Gellner: “o sentimento nacionalista é o sentimento de raiva pela violação do princípio ou o sentimento de satisfação despertado por seu cumprimento” (GELLNER, 1983, p.1). Por outro lado, outros autores como Anthony Smith, consideram para uma definição completa do Nacionalismo as noções de nação e etnia, que de acordo com Smith, nação pode ser definida como: ‘uma comunidade humana nomeada, residindo em uma pátria e tendo mitos comuns e uma história compartilhada, uma cultura pública distinta e leis e costumes comuns para todos os membros’. (SMITH, 2010, p.13), já a noção de etnia é definida como “Uma comunidade humana nomeada, conectada a uma pátria, possuindo mitos comuns de ancestralidade, memórias compartilhadas, um ou mais elementos de cultura compartilhada e uma medida de solidariedade, pelo menos entre as elites” (SMITH, 2010, p.13). Ainda no tocante a definição de nação cumpre mencionar também as palavras de Ernest Renan, a qual possui grande impacto no estudo do Nacionalismo, segundo Renan (1997):

Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum. A existência da nação é um plebiscito de todos os dias! (RENAN, 1997, p.174).

De igual modo Anderson ao definir nação, considera que essa é uma comunidade política imaginada e é vista como inerentemente limitada e soberana” (ANDERSON, 1991, p.6). .Das citações anteriores é possível dizer que a identificação entre uma coletividade, da qual independe da quantidade, e onde o compartilhamento de memórias e a conexão direta no aspecto territorial resultam na criação de um elo entre os indivíduos que se manifesta especialmente, como já dito anteriormente, na diferença para com outros grupos. Em caráter complementar ao já exposto das contribuições do autor acerca do Nacionalismo, há ainda um sistema de crenças e proposições básicas, das quais entre essas estão elementos essenciais para a compreensão da própria definição do termo, conforme se observa na menção abaixo:

- (1) o mundo está dividido em nações, cada uma com seu próprio caráter, história e destino;
- (2) a nação é a única fonte de poder político;
- (3) a lealdade à nação anula todas as outras lealdades;
- (4) para ser livre, todo indivíduo deve pertencer a uma nação;
- (5) toda nação requer plena auto expressão e autonomia;
- (6) a paz e a justiça globais exigem um mundo de nações autônomas. (SMITH, 2010, p.25).

Portanto, depreende-se das proposições apresentadas por Smith que o Nacionalismo é fundado na lealdade à nação e por consequência lógica ao Estado, na diferença entre as nações a partir de suas respectivas histórias, e por fim no quesito da autonomia, a qual inclusive, caso seja violada resulta no rompimento da paz. Há que se falar ainda quanto a definição do termo que a importância também está no que constitui o Nacionalismo, e com isso tem-se nas palavras de Eric Hobsbawm, quanto ao Protonacionalismo popular os elementos da língua e da etnicidade. No caso do fator linguístico o autor menciona alguns exemplos, especialmente no que se refere às civilizações europeias e de que modo o idioma influencia na dissociação dos grupos ou em sua eventual unidade, que não raramente se encontra conectada junto a outros fatores, ainda assim, não se atribuiu a esse aspecto maior relevância, nesse sentido a síntese do pensamento de Hobsbawm acerca do idioma apresenta-se da seguinte forma: “as línguas se multiplicam com os Estados; Não o contrário” (HOBSBAWM, 1992, p.63). Seguindo a mesma lógica da menção anterior, Ernest Renan também menciona que o fator linguístico não necessariamente constitui uma nação, segundo o autor: “A língua convida a reunião, mas não a torna forçosa”. (RENAN, 1997, p.169). Já no que se refere a etnia, Hobsbawm aponta uma variável relevante que impede considerar esse fator como aplicável a todos os casos, em outras

palavras, implica diretamente na sua aceitação como elemento que define o Nacionalismo, isso se dá porque em Estados nacionais de grande extensão territorial a população tem como característica a heterogeneidade, o que implica em reivindicar uma etnia comum. Kedourie por sua vez associa também outro conceito muito próximo das noções nacionalistas, trata-se da autodeterminação. Segundo o autor: “a autodeterminação nacional é, em última análise, uma determinação da vontade; e o nacionalismo é, em primeiro lugar, um método de ensino da correta determinação da vontade” (KEDOURIE, 1961, p. 81).

Observa-se, portanto, que a definição do Nacionalismo envolve também outras definições de extrema relevância como o conceito de Nação e Etnia, e que dentre esses encontram-se termos complementares que fundamentam sua importância ou dissociam das bases do que se considera propriamente por Nacionalismo. Além dos clássicos, há também no estudo do Nacionalismo definições como a apresentada por Philip Spencer e Howard Wollman (2002), a saber:

O nacionalismo é uma ideologia que imagina a comunidade de uma forma particular (como nacional), afirma o primado desta identidade coletiva sobre as outras, e busca o poder político em seu nome, idealmente (se não exclusivamente ou em todos os lugares) na forma de um estado para a nação (ou um Estado-nação)” (SPENCER e WOLLMAN, 2002, p.3).

Ainda que nas contribuições dos autores clássicos do tema os conceitos se mostrem suficientes para compreensão do estudo, este artigo, a partir das menções nos parágrafos anteriores e com base na literatura especializada, considera o Nacionalismo como um conjunto de valores fundados no Estado Nacional e por ele representados, estruturados respectivamente na nacionalidade (como um fator de aproximação) e a conseqüente exclusão (como fator de diferenciação) que almeja demonstrar a lealdade e união de uma coletividade ao seu respectivo Estado Nacional.

2. NACIONALISMO PALESTINO

A questão envolvendo a origem do nacionalismo palestino necessariamente exige uma leitura histórica que está diretamente conectada a três fases principais. Primeiramente, quanto ao domínio do Império Otomano em toda sua extensão territorial, na qual as populações árabes

também estavam inseridas, posteriormente a segunda fase tem seu início com o período do mandato britânico e o início das tensões envolvendo a população judaica na região. E por fim, já quanto a terceira fase, essa é marcada propriamente pelo conflito israelo-palestino como um dos pilares de identificação nacional da população palestina. Desse modo, a partir da contextualização geral, deve-se iniciar a análise nesta seção quanto a fase otomana de dominação das populações árabes, a qual inclusive se divide em dois momentos, durante o Império Otomano e após o seu fim. Nesse sentido, para Ernest Dawn a questão otomana marcou o surgimento do nacionalismo árabe, nas palavras de Dawn (1993): “o nacionalismo árabe surgiu como um movimento de oposição no Império Otomano. Foi dirigido tanto contra os árabes otomanos quanto contra os próprios turcos otomanos”. (DAWN, 1993, p.23). Em se tratando da segunda etapa quanto a fase otomana, ou seja, seu término, cabe a menção às palavras do autor Muhammad Muslih, afirmando que após esse período os objetivos árabes não mais seguiam uma noção pan-arabista, mas ao contrário, passaram a atribuir uma certa individualidade aos casos de cada região entre a população étnica árabe, especialmente entre sírios, iraquianos e palestinos. Segundo Muslih (1989):

Após o fim do Império Otomano, a política e a consciência dos árabes que habitavam o Crescente Fértil pareceu ter sido mais receptiva à ideia de um Estado-nação territorial do que à ideia de um único Estado abrangendo todos os árabes. Em outras palavras, os árabes da Síria, os árabes da Palestina e os árabes do Iraque concluíram que seu destino e sua responsabilidade estavam em sua terra natal, que era seu dever libertar, defender e reconstruir. Nesse dever eles se concentraram, com os sírios enfatizando a primazia dos interesses da Síria, os iraquianos os do Iraque e os palestinos os da Palestina. (MUSLIH, 1989, p.192). (tradução nossa).

Nesse sentido, alguns autores complementam esse entendimento anterior como uma evolução do nacionalismo palestino, o qual teria passado por uma espécie de reformulação das causas que uniam essa população, e de igual modo, as que a diferenciavam. Esse entendimento é presente, por exemplo, nas palavras de Ann Mosely Lesch, ao afirmar que: O movimento nacionalista dos árabes na Palestina desenvolveu-se nas décadas de 1920 e 1930 em reação ao controle britânico sobre o país e à rápida expansão da comunidade judaica e suas aspirações políticas. (LESCH, 1973, p.7). Além de Ann Mosely Lesch, autores como Rashid Moten também afirmam que o nacionalismo palestino tem sua conexão com o mandato britânico da palestina. Para Moten o período mandatório foi importante por originar e desenvolver a noção nacionalista nessa população, segundo Moten (1980):

O nacionalismo palestino, que se originou em 1920 e se desenvolveu durante todo o período mandatário, esteve em estado de coma por alguns anos após 1947. Embora se pudesse ver o nacionalismo palestino se agitando debilmente durante os anos 1950 e a maior parte dos anos 1960, foi somente depois 1967, após o desastre militar dos estados árabes, que ganhou impulso. O nacionalismo palestino ainda tem caráter negativo; ainda é baseado na elite, vindo principalmente da média e alta burguesia. Em termos de liderança, é muito mais coeso do que era durante o Mandato Britânico da Palestina. Está bem organizado e orientado para as massas e, apesar das dificuldades, procura conciliar a ideologia com a realidade. (MOTEN, 1980, p. 219). (tradução nossa).

Em concordância com a afirmação anterior, James Gelvin (2013) também associa o movimento nacionalista palestino nesse mesmo período, segundo o autor “o nacionalismo palestino surgiu durante o período entre guerras em resposta à imigração e assentamento sionista” (GELVIN, 2013, p. 93). Entre os autores que consideram como origem do nacionalismo palestino o ano de 1920 deve-se mencionar também, Granville Austin. Segundo Austin: “As raízes do nacionalismo palestino chegam ao início da década de 1920 e foram fortalecidas à medida que os palestinos se conscientizaram dos perigos do aumento dos assentamentos judaicos e foram politizados por seus líderes”. (AUSTIN, 1984,p.168). É fato que após esse período, já com a criação do Estado de Israel na denominada palestina histórica, ou ainda, palestina ocupada de 1948, o movimento nacionalista palestino iniciou uma nova fase.

A terceira fase corresponde então ao que se manifesta como uma face do nacionalismo para além da lealdade e do pertencimento, que consiste no fator da diferença. Diferença essa que não mais se dava com outros árabes, mas sim com um novo ator, o qual já era parte da realidade local, mas não manifestava implicações aos movimentos políticos do nacionalismo árabe, ao menos até os primeiros movimentos sionistas no então mandato britânico da Palestina. Desse modo, atribuir a última fase direta do conflito maior relevância no tema se dá pelo fato de que acompanha também a característica evolutiva do sentimento nacional palestino já mencionado anteriormente por outros autores.

Assim sendo, após considerar a origem do nacionalismo palestino e suas três fases históricas cruciais para sua compreensão, cumpre mencionar suas características e o que de fato define o sentimento nacionalista na Palestina, considerando para tanto os critérios mencionados pela literatura especializada, sendo eles a questão linguística, religiosa e étnica. Primeiramente, no que se refere a questão linguística, é possível afirmar que seu efeito no nacionalismo palestino não é determinante para sua estruturação e desenvolvimento. O idioma árabe, comum

a outros nacionais de etnia árabe, não garantiria a particularidade dessa população, além de que seguindo a lógica linguística, a questão étnica também não define uma base própria para a questão nacional palestina. Assim sendo, diante do último elemento, observa-se que o aspecto religioso possui um papel de influência para sua manutenção, mas que não é necessariamente crucial para sua existência. Isso se dá, pela divisão atual na sociedade palestina, em especial em Gaza, sob o controle do Hamas³. Nesse sentido, acerca do Movimento de Resistência Islâmica da Palestina, cumpre mencionar as palavras de Andrea Nusse (1998), a saber:

Sobre a questão do nacionalismo, o Hamas faz um movimento ainda mais inovador e pouco ortodoxo do pensamento islâmico do passado. Os fundamentalistas palestinos descartaram a velha incompatibilidade entre o Islã baseado em fundamentos ideológicos e a ideia ocidental de Estado-nação que se baseia em reivindicações territoriais: "Pátria (wa'an) e nacionalismo (wa'aniyya) são (¼) parte do credo islâmico. (NUSSE, 1998, p.36-37). (tradução nossa).

Desse modo, deve-se destacar que o aspecto religioso tem forte influência sobre parte do nacionalismo palestino, o que logicamente, não se manifesta no mesmo grau de intensidade no território palestino da Cisjordânia, dado que a autoridade estatal assim instaurada na região apresenta inclusive uma ruptura com relação ao próprio Hamas e suas políticas em Gaza. Além disso, essas duas partes do território palestino levam a dois nacionalismos distintos, que não são condizentes com a noção de um território do Estado nacional que dedicam sua lealdade. A aceitação de uma Palestina soberana nos termos de 1967 com os territórios da Cisjordânia e Gaza é considerada uma traição nacional à noção de estabelecer uma Palestina histórica, excluindo desse modo o Estado de Israel, visto como um invasor por visões extremistas, que é o caso do Hamas. Além é claro, que a atual divisão da sociedade palestina, sobretudo representada no embate político entre o Hamas e o Fatah faz com que o uso de um nacionalismo palestino secular e também de um movimento de extremismo religioso alcance adeptos, e com isso torna complexa a definição dos elementos para o nacionalismo palestino. Esse entendimento pode ser observado nas palavras de Jonathan Schanzer, ao afirmar que: "Ambas as facções sabem que o nacionalismo palestino e o islamismo são ferramentas igualmente úteis" (SCHANZER, 2008, p.10). (tradução nossa). E essa utilidade faz com que a divisão que já é

³ De acordo com a própria definição adotada pelo grupo, é possível observar elementos de cunho nacionalista junto a influência religiosa, a saber: "O Hamas é um movimento de libertação nacional com uma escola islâmica moderada de pensamento que limita sua luta e trabalho pela causa da Palestina. (HAMAS, 2022).

presente no território, se manifeste de igual modo no comportamento político da população, e claramente na sua concepção de Estado e na manifestação do sentimento nacionalista. Em resumo é possível sintetizar a ideia apresentada ao longo desta seção com base no seguinte quadro:

Tabela I - Os elementos do Nacionalismo palestino por território.

Território.	Gaza	Cisjordânia
Característica central.	religioso	secular
Estado nacional.	palestina histórica (1948)	fronteiras de 1967.

Fonte: o autor.

Desse modo, as concepções de Estado nacional e da influência religiosa variam em cada território. Em Gaza, o Islã se mostra como base do sentimento nacionalista, envolvendo o pertencimento de uma coletividade em níveis ainda mais complexos do que necessariamente a noção secular, dado que a subjetividade nesse elemento, em questão de valores individuais, dificulta sua mensuração, e acredita-se que possui um alcance ainda maior. Essa mesma noção religiosa direciona para um cenário em que os palestinos se tornam irredutíveis quanto a questão territorial no que se refere a existência do Estado de Israel. Já na Cisjordânia, majoritariamente o fator secular e a flexibilidade em termos de negociação e aceitação de um Estado palestino em coexistência com o Estado israelense, demonstra que as bases nacionais apesar de envolverem a questão religiosa e étnica, tem na concepção do Estado (em termos de território, população e governo) suas bases estruturais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, diante de todo o exposto nas noções introdutórias e nas seções deste artigo considera-se que o Nacionalismo palestino pode ser dividido em duas categorias distintas, o sentimento nacional em Gaza e sua diferença quanto ao sentimento nacional na Cisjordânia, desde as autoridades locais a população majoritária. No que compete ao território da Cisjordânia, o nacionalismo palestino é definido única e exclusivamente através do Estado-Nação, sem qualquer interpretação que inclua fatores étnicos e religiosos. Inicialmente, porque

a questão étnica como já mencionado anteriormente, consiste no caso em análise na aproximação com a população árabe em geral, independente do Estado Nacional, e o mesmo se observa através do fator linguístico, o qual inclusive, de acordo com os autores já mencionados no capítulo acerca do Nacionalismo teórico, é inviável para constituir uma ideia nacionalista palestina. O aspecto religioso, assim como o étnico e linguístico segue a mesma lógica de análise, dado que a especificidade estabelecida no período posterior ao término do mandato britânico estaria comprometida com um cenário comum de adeptos do Islã em porção majoritária das populações no Oriente Médio, Maghreb árabe e, também na Ásia Central. Ainda assim, é inegável que a questão religiosa desempenha um papel importante, dado que aproxima essas populações no suporte a manutenção do Nacionalismo palestino.

É por essa razão que a lógica de Estado-Nação como uma fonte do Nacionalismo palestino é o que fundamenta todo o desenvolver desse sentimento de pertencimento e lealdade, considerando que esse Estado, ou seja, a Palestina, e sua população, enfrentam desafios próprios para estabelecer seu objetivo central, que consiste em seu próprio Estado. Deve-se dizer ainda, que esse mesmo Estado é idealizado no afastamento das questões religiosas no contexto governamental, onde a população, ainda que dividida, busca na concepção política democrática estabelecer o Estado que almejam. Ainda assim, faz-se mister salientar que o atual território da Palestina sem conexão territorial, e com sua população dividida com desafios próprios em Gaza e na Cisjordânia, inviabiliza a própria ideia de um Estado palestino, ou seja, entre o que é possível e negociável e o que é idealizado e romantizado.

Já quanto ao território de Gaza, controlado pelo Hamas e influenciado por uma união sob a égide das leis islâmicas, considera o aspecto religioso como um elemento central na união de toda a população palestina, além de almejar a adoção de leis religiosas em um futuro Estado. Cumpre mencionar que a Resistência Islâmica em Gaza também tem uma compreensão distinta quanto ao território de seu futuro Estado, e impossibilita que a noção secular do nacionalismo palestino se aplique, ou até mesmo, dialogue com a noção de uma conquista territorial a partir da manutenção dos meios conflituosos.

Deve-se mencionar ainda que um dos pontos relevantes do Nacionalismo, ou seja, a diferença para com outros grupos nacionais, se mostra no caso palestino em um conflito direto com outra ideologia semelhante, sendo essa o Sionismo e a existência do Estado de Israel. A posição árabe palestina nesse caso foi fortemente influenciada por seu antagonista, que como

já mencionado anteriormente na seção quanto ao aspecto histórico de evolução do nacionalismo árabe para o nacionalismo palestino, trouxe um desafio único para os árabes palestinos, e pode-se afirmar também que o conflito é o que estrutura toda a lógica nacional moderna, como uma questão de sobrevivência da sua população traduzida na existência do seu próprio Estado. Em resumo, há uma população palestina, que almeja seu Estado soberano, ao mesmo tempo, esse Estado não é uma ideia uniforme, assim como os próprios símbolos que o representam, ainda assim, essa fragilidade política estatal não impede a existência do sentimento nacionalista (pertencimento e lealdade) entre os palestinos.

REFERÊNCIAS:

- AUSTIN, Granville. **Palestinian nationalism: Is it Viable?.** SAIS Review. 1984.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.** Verso press. 2006.
- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism.** Cornell University Press. 1983.
- GELVIN, James. **From Nationalism in Palestine to Palestinian Nationalism.** Publisher: Cambridge University Press. 2013.
- HAMAS. **About Us.** Disponível em: <https://hamas.ps/en/page/5>. Acesso em: 13 de março de 2022.
- HOBSBAWM, Eric. **Nations and nationalism since 1780 – programme, myth, reality.** Second Edition. Cambridge University Press. 1992.
- KEDOURIE, Ellie, **Nationalism.** Hutchinson University Library. 3ed. 1961.
- KHALID, Rashid. ANDERSON, Lisa. MUSLIH, Muhammad. SIMON, Reeva. **The Origins of Arab Nationalism.** Columbia University Press. 1993.
- KOHN, Hans, 1891-1971. **Nationalism, its meaning and history.** Robert E. Krieger Publishing Company, Inc. Krieger Drive Malabar, Florida. 1965.
- MOTEN, Rashid. A. **Palestinian Nationalism: Its growth and development.** International Studies. 1980.
- MUSLIH, Muhammad. **The Origins of Palestinian Nationalism.** Columbia University Press. 1989.

NUSSE, Andrea. **Muslim Palestine: The Ideology of Hamas**. Routledge. 1998.

QUANDT, William B. LESCH, Ann M. JABBER, Fuad A. **The politics of Palestinian nationalism**. University of California Press. 1973.

RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** Plural. Sociologia USP. São Paulo. 4: 154-175, 1.sem. 1997.

SCHANZER, Jonathan. **Hamas vs. Fatah : the struggle for Palestine** / by Jonathan Schanzer. 2008. Palgrave Macmillian. p. cm.

SMITH, Anthony. **Nationalism Theory, Ideology, History**. Second Edition. Polity Press. 2010.

SPENCER, Philip e WOLLMAN, Howard. **Nationalism – A critical introduction**. Sage publications. 2002.